

**MEMÓRIAS DA OCUPAÇÃO NA COMUNIDADE DA RUA ARARANGUÁ
(BLUMENAU/SC) E SUA RELAÇÃO COM O DESASTRE SOCIOAMBIENTAL
OCORRIDO NO ANO DE 2008**

NÍCOLLAS VOSS REIS*

MARTIN STABEL GARROTE**

1. INTRODUÇÃO

Durante o processo de colonização no século XIX, o sul do Brasil foi alvo de grandes campanhas de imigração, ocasionando a fundação de algumas colônias e, em muitos desses processos, as localidades escolhidas margeavam cursos de grandes rios. A necessidade da proximidade dos rios se dava pelo modelo de colonização agrícola implantado, que, dependia das vias fluviais para cultivar, explorar e escoar a produção rapidamente. Esse modelo de ocupação e desenvolvimento estrangeiro tornou-se padrão para a colonização de grande parte do Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Neste contexto, podemos observar que desde o início de sua colonização, o município de Blumenau enfrenta duros e recorrentes problemas de sua geografia e hidrografia, pouco propícias para o modelo de ocupação, desenvolvimento e expansão adotados. Inúmeras vezes as águas dos ribeirões e do Rio Itajaí-Açu inundaram as áreas ocupadas do município, gerando grandes desastres socioambientais, demonstrando a predisposição e fragilidade histórica do território.

Com o crescimento e desenvolvimento de Blumenau, principalmente no setor da indústria têxtil, que durante as décadas de 1960 a 1990 ganhou destaque em empregabilidade, e fez com que em poucas décadas muitos migrassem para a região em busca de oportunidades. Essa condição impacta na valorização e especulação imobiliária da cidade, que aumenta os preços dos imóveis, e consequentemente leva

* Historiador, pesquisador do Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí - FURB.

** Bolsista Capes, doutorando em Desenvolvimento Regional, pesquisador do GPHAVI-FURB.
Pesquisa desenvolvida com auxílio Bolsa de IC-PIPE - Art. 170 Estado de Santa Catarina em 2014.

muitas famílias a ocuparem territórios irregulares para construção de suas moradias, como morros e encostas íngremes, formando as primeiras favelas no município. Somando as ocupações irregulares com as fortes chuvas temos as condições perfeitas para a ocorrência de uma tragédia, tornando as questões em voga um grande desafio para as políticas públicas do município, uma verdadeira bomba relógio. Tal fato ficou evidente com as fortes chuvas ocorridas no mês de novembro em 2008 no Vale do Itajaí, que conforme o Jornal de Santa Catarina (Blumenau, 24 de novembro de 2008), “o céu derramou sobre Blumenau 348,9 mililitros de chuvas por metro quadrado. Significa que em um único dia, choveu 124% a mais do que o esperado para o mês.” Essa enorme quantidade de água, além de provocar alagamentos, ocasionou diversos agravantes no desastre, tais como o encharcamento da cobertura de solo provocando deslizamentos de terra, prejudicando indiscriminadamente moradores que habitavam áreas de risco e encostas.

Uma das localidades mais atingida em Blumenau por tal evento fora à comunidade da Rua Araranguá, localizada no perímetro sul de Blumenau no bairro Garcia. Tamanha foi a magnitude, que conforme moradores foram constatados, além dos imensos estragos nas residências e no comércio, dois óbitos.

Conforme Faustino (2002: 45), a região da comunidade da Rua Araranguá teve seu processo de ocupação iniciado em meados da década de 1930, consecutivamente marcado por grande aumento demográfico na década de 1950, devido à remoção forçada da primeira favela que se tem registro no município, a Farroupilha.

Tais “favelados”, segundo entrevistas realizadas neste estudo, inauguraram a ocupação irregular na comunidade, que posteriormente devido aos movimentos migratórios, intensificou-se. A comunidade da Rua Araranguá está presente em uma região, que segundo Vieira (2004: 61), possui geomorfologicamente características de “elevado risco de deslizamentos nas partes altas e, nas partes baixas enxurradas e enchentes, aumentando drasticamente os níveis do desastre socioambiental.”

Tendo em vista tais problemáticas, o objetivo geral da pesquisa foi investigar nessas interações entre os seres humanos e o meio ambiente, relações com a intensidade do desastre socioambiental ocorrido na comunidade no ano de 2008.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização das análises presentes na proposta do estudo, alguns autores da História Ambiental foram consultados e integram parte essencial das reflexões sobre as perspectivas teóricas ambientais no campo da historiografia, enquanto a metodologia da História oral nos trouxe informações importantes, e um melhor entendimento sobre o contexto histórico da comunidade que praticamente não possuía relatos ou registros.

Sendo assim, entre os anos de 2013 e 2014 foram realizadas quinze entrevistas como os moradores que sofreram com o desastre socioambiental de 2008, privilegiando os residentes mais antigos da comunidade, já que além das memórias do desastre socioambiental o trabalho também conta um pouco da história de ocupação da comunidade. As entrevistas nos resultaram em documentos transcritos que possibilitaram ampliar nosso debate teórico acerca dos estudos. Pesquisas desenvolvidas sobre os desastres socioambientais também foram consultadas, cabendo a esse artigo observá-las, trazendo tais análises para uma micro-historiografia regional, proporcionando um diálogo entre a comunidade e os campos científicos.

Outro ponto que ressaltamos da metodologia, está no uso das memórias dos moradores da comunidade como fonte e, com elas, observar o fenômeno do desastre socioambiental, tendo em vista como se deu o processo de ocupação, e como os mesmos assimilam as causas e consequências do evento. Tais resultados podem colaborar no enfrentamento do problema na região, e possibilitar apontamentos para diagnósticos das políticas públicas, já que os moradores são os maiores prejudicados nos eventos e são pouco ouvidos pelas autoridades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Memórias da ocupação na comunidade

A comunidade da Rua Araranguá situada no bairro do Garcia, iniciou seu desenvolvimento seguindo as margens em torno do ribeirão Araranguá, que de início ditou a demarcação dos lotes de terras.

Em entrevista concedida a Faustino (2002: 45), um dos primeiros moradores da comunidade, Sr. Miro Busnardo, relata que ao chegar ao local no ano de 1934, existiam apenas duas famílias, sendo que um delas habitava o final da rua e eram os “únicos a possuir uma carroça com burro que podia escoar sua plantação de abacaxi, que era plantada onde hoje se conhece como Morro da Antena”. No início do povoamento, segundo o entrevistado, devido à localização próxima ao Hospital Santa Catarina

construído no ano de 1920 pela comunidade Luterana, o local era popularmente conhecido como Beco do Hospital, sendo que muitos o denominavam como Beco do Agrião, “pois a umidade oriunda de vários córregos de água ajudava a cultivar a hortaliça” que era fartamente cultivada. Tais denominações gradativamente foram despopularizando-se devido, primeiramente, ao decreto de lei que renomeou várias vias públicas no ano de 1939, “passando-a de Beco do Hospital para Beco Araranguá”, e posteriormente, no ano de 1952 sob decreto de lei n° 315, torna-se Rua Araranguá. (FAUSTINO, 2002: 45-46).

Outro ponto destacado pelo Sr. Miro Busnardo (FAUSTINO, 2002: 47), está no processo de ocupação do morro da comunidade tomado “da metade da rua para cima”, ou seja, as partes mais próximas do centro onde hoje funcionam o terminal urbano de transporte, hospital, supermercados, etc., foram ocupadas em décadas posteriores, já que a área pertencia a família Odebrecht, dona de uma serralheria que “começou a vender os terrenos mais tarde”. Conforme Vieira (2004: 105), a ocupação inicial da “ocorreu de forma lenta, garantida pela sua estrutura fundiária, com poucos proprietários de grandes frações de terra”.

Nascido na comunidade da Rua Araranguá e filho de uma das inúmeras famílias da antiga “Favela Farroupilha”, José Tomé da Cunha (2014) explica como foi a ocupação na parte superior do morro feita pelas famílias: “Aí aonde eles viam um chãozinho lá, ou se o pai tivesse dois chãozinho, eles já vinham já compravam dele, [...] ai no meio também já faziam mais uma casinha, ai foram acoplando tudo e tu vê como ta hoje em dia”. Ao descrever as habitações dos moradores oriundos da favela Farroupilha, Sr. Cunha (2014) explica que “eles faziam mais casa de barro [...] Minha tia Rosa, ela tinha uma casa de uns 10 por 12 m² e eram tudo pobre né... tudo pobre.”

Conforme Faustino (2002: 47), com a transferência da população da favela Farroupilha na década de 1950, o número de habitantes da comunidade teve um aumento vertiginoso, passando por um processo de ocupação e desmatamento acelerado. Nota-se que até esse período, poucas famílias habitavam a comunidade.

Segundo o Sr. Henrique, as pessoas ganharam o terreno e cada família construía sua casa. Vieram para lá aproximadamente 50 famílias e cada família tinha mais de seis filhos, ocorrendo um acréscimo populacional repentino. A rua pacata com poucas famílias mudou seu cotidiano. (FAUSTINO, 2002: 50).

Sra. Laura Maria Bento (2013) residente na Rua Araranguá desde a década de 1950 narra que ao chegar à comunidade só existiam algumas famílias oriundas da Farroupilha e “umas casas aqui e outras ali”, e que ao visitar os ex-moradores da Farroupilha “ficava com pena porque eles tinham casas assim feitas com quatro estacas, alguns só uma casinha, às vezes e eu até encontrei ainda um bem no começo uma casa coberta de palha”. Ao descrever a ocupação da comunidade: “uns foram pros morros, compravam um terreno e foram construindo, um pouco ficava mais aqui em baixo. E assim foi aumentando, e hoje em dia quase não tem mais lugar pra construir, né?”.

Com a chegada desse contingente dos moradores tidos como “favelados” e, respectiva ocupação das partes mais baixas da rua, o então residente Sr. Alcides Sievert (2014) se recorda que:

É que na verdade assim ó: quem morou na Rua Araranguá, os primeiros moradores adquiriram os terrenos. Adquiriram legalmente, compraram de familiares ou de outras pessoas. Esse pessoal da Farroupilha praticamente invade aquilo lá, e com a invasão desvaloriza tudo aquilo lá, aonde existe essa ruptura, os moradores antigos percebem que isso ia acontecer, e também com medo da bandidagem que ia surgir, e surgiu realmente.

Em entrevista Sra. Bento (2013) descreve as dificuldades enfrentadas quando chegou para residir na comunidade na década de 50, onde “a vida era bem difícil, já que tinha que enfrentar chuva, lama aqui, num tinha ônibus, não tinha calçamento, nada né... Tudo era só uma rua”. Apontando pela janela de sua casa descreve que “existiam muitas cachoeiras que se juntavam aqui na frente formando um rio [...] depois com o tempo a prefeitura foi canalizando, foi fechando e hoje em dia ta quase tudo tapado.”

Em descrição do caminho que fazia de sua casa no alto do morro até a Praça da Fonte Luminosa, o Sr. Cunha (2014) relata que “era tudo mato, só tinha essa picada que hoje é nosso caminho, e a água passava do lado e quando enchia virava um pântano. Isso era um lugar bonito antigamente, era muito calmo compreende? Muitos passarinhos, muitos bichos.”

O caminho narrado pelo Sr. Cunha (2014), é o trajeto do ribeirão Araranguá até sua respectiva foz no ribeirão do Garcia, que de início abria passagem para entrada e saída da comunidade, e, margeando-o passavam as “picadas” até o pé do morro, até a saída da rua ao lado do Hospital Santa Catarina.

Naquele tempo, conforme o Sr. Sievert (2014), o ribeirão não era tão poluído e, existiam cachoeiras na comunidade nas quais tomava banho quando criança. “Não era muito fundo, na verdade quando chovia né, aí a gente aproveitava [...] e não ficava doente. Hoje em dia se tu botar o pé é capaz de cair o pé!”.

Sr. Jesuíno Estem da Silva (2014), residente na parte baixa da comunidade, alega que no início quando existiam poucas famílias “água do ribeirão não era tão poluída como é hoje. Hoje Deus me livre, não dá nem pra chegar perto né?”. Presente nas entrevistas dos moradores, o ribeirão hoje se encontra quase totalmente canalizado. De acordo com o Sr. Sievert (2014), no processo de urbanização da comunidade (asfaltamento, calçamento, etc.) inclui a canalização do ribeirão. “A prefeitura começa a investir e canalizar. Eu me lembro que toda a rua começa a ser canalizada [...] Foi tudo canalizado, tudo aterrado.”

Outro aspecto importante a ser observado nas entrevistas, é a riqueza da biótica presente no local no início da ocupação. Sr. Cunha (2014) relembra de quando criança brincava com estilingues e caçava passarinhos por diversão, descreve também que existiam pequenos primatas como bugios e sagüis e, que a caça predatória fora desaparecendo aos poucos da comunidade. Em concordância, Sr. Sievert (2014) complementa “Tinha bugio, tinha tucano [...] a “piaçada” caçava também escondido né, não tinha essa proibição tão grande hoje em dia. Na época a gente matava tudo o que podia né, nem era pra comer, era por esporte mesmo né”.

Conforme o relato da Sra. Maria das Graças S. Westphal (2014), residente na rua desde a década de 1970, antigamente devido à pouca fiscalização a caça era mais presente e percebia-se a ausência de passarinhos, por exemplo. “Eu acho que hoje em dia tem mais animais que antigamente (risos). Por que agora tá mais proibido né? Eu nunca vi tanto passarinho em volta da minha casa, agora tem tanto [...] Agora vem tucano, aracuã, é tudo em volta da casa da gente”. Nota-se nesse relato uma grande diferença se comparado aos anteriores, sendo que, décadas depois da efetiva ocupação em meados de 1950, o meio ambiente apresenta sinais de modificações nas lembranças dos moradores; o rio não é mais aberto, a rua não é mais tão pequena, as picadas não são tão fechadas e frequentes.

Sabe-se, segundo Faustino (2002) e Vieira (2004), que no decênio 1960/1970 várias famílias saíram de cidades menores em busca de oportunidades, tendo grande

parte escolhido Blumenau para habitar. Vieira (2004: 110) alega que o grande contingente de migração para o município se deve à geração de empregos e, por ficar conhecida como pólo da Microrregião do Médio Vale do Itajaí, atraindo moradores de todas as regiões, “o município registrou um incremento populacional de 4,14% e 4,60% ao ano”, nessas décadas. Em publicação o Jornal de Santa Catarina (Blumenau, 24 e 25 fev. 2007: 16-17) descreve os mesmos problemas, relatando que o “fluxo migratório se intensificou nas décadas de 1970 a 1990, como o desenvolvimento econômico de Blumenau. O aumento populacional obrigou parte dos habitantes a ocupar áreas de risco e preservação ambiental”.

Muitas dessas famílias de migrantes escolheram a região estudada para habitar. Segundo Faustino (2002: 53), “por estar localizada próximo ao centro da cidade, [...] preços baratos das casas, favoreceu o aumento populacional”. Para tanto se ressalta as grandes modificações no que diz respeito à urbanização do perímetro. Conforme Vieira (2004: 123), nas décadas de 1960 e 1970 são realizadas “as mais importantes alterações na paisagem local [...] O uso agrícola é substituído pela abertura de novas vias e prolongamento das já existentes, implantando-se consequentemente novas edificações”.

Entrevistas realizadas por Vieira (2004: 132-133), revelam que grande parte da população que habita as áreas planas na comunidade da Rua Araranguá é constituída por blumenauenses, tendo em vista que tais áreas também estão sujeitas a enchentes e enxurradas. Já as partes com relevo acidentado, tidas como áreas de risco, como encostas, por exemplo, foram ocupadas por esse novo contingente de migrantes. Conforme referida autora, isso “demonstra que as encostas tiveram sua ocupação tardia, especialmente por migrantes” devido o baixo custo dos terrenos, refletindo na logística imobiliária, onde a oportunidade das classes de baixa renda em adquirir um pedaço de terra legalmente é quase nula, restam-lhes os morros e encostas, agravando os problemas de deslizamentos na comunidade.

Em reportagem publicada no Jornal de Santa Catarina (Blumenau, 18 e 19 maio de 1997: 04-05) o periódico faz o balanço dos problemas de habitação em fins da década de 1990, quando o problema da favelização já se pulverizou por todo o município. Tal reportagem destaca que “tanto o Departamento de Habitação quanto a Defesa Civil estão com as mãos atadas pela absoluta falta de informações confiáveis

sobre o número ou situação das famílias residentes nas encostas dos morros”, revelando a falta de fiscalização nesse processo de ocupação.

Esse constante fluxo de migração para a comunidade ainda ocorre atualmente, basta observar “*in loco*” as construções principalmente nas cotas de topografias mais altas e encostas íngremes. De acordo com estudos apresentados por Vieira (2004: 122), a proporção de área verde é cada vez menor na comunidade, e a respectiva retirada dessa camada de proteção verde, principalmente das encostas, topos de morro e margens dos cursos d’água, fragiliza ainda mais a topografia já predisposta a deslizamentos.

Para Faustino (2002: 54), durante as décadas dos anos de 1980 e 1990, observa-se o desenvolvimento da parte inicial da Rua Araranguá, que se constitui de área plana e livre de deslizamentos, e que, até então, segundo Sr. Sievert (2014) “toda região em baixo ali, aonde se tem ruas, creche, escola... era tudo mato”. Essa estruturação, em que se destacam prédios como o do Centro de Pediatria - CELP, o Centro Clínico Oswaldo Cruz, o Colégio Shalon, o CEI Antônio José Curtipassi, dentre outros, divergem da história e das edificações presentes no interior da comunidade da Rua Araranguá.

3.2 Memórias do desastre socioambiental de 2008

No município de Blumenau, no dia 22 de novembro de 2008, segundo o Jornal de Santa Catarina (Blumenau, 23 de nov. 2008: 18), “o prefeito João Paulo Kleinübing decretava estado de calamidade pública no município”, tal medida “sinaliza que a cidade não tem condições de sair sozinha da situação das enchentes”. Nesta altura, o desastre socioambiental já computava óbitos, como relata o prefeito em exercício:

Decidimos isso pelo agravamento da situação durante o dia, a questão dos óbitos, a dificuldade do fornecimento de água, luz, a chuva continua caindo, a situação é muito complicada em função dos deslizamentos. O rio está subindo cada vez menos, mas são os deslizamentos que preocupam. (Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 23 de nov. 2008: 18).

No mesmo dia em que fora deferido tal decreto, horas antes, na comunidade da Rua Araranguá, ocorria a primeira morte no desastre socioambiental deixando a cidade em alerta geral. Uma das moradoras, Sra. Westphal (2014) relata o ocorrido: “Já tava

tudo muito cheio aqui, e as tubulações tudo estourando e muita água nas encostas, começou a cair. A primeira casa que caiu foi aqui, a primeira vítima foi aqui”.

Conforme a Revista Veja (03 dez. 2008: 95) “já sob chuva grossa, pouco antes da morte da menina Luana, a Defesa Civil garantiu à população de Blumenau que não havia perigo”. Tal quadro fica evidente quando observamos a declaração o Sr. Sievert (2014) que demonstra impressões de que as fortes chuvas na passariam de uma corriqueira enchente na comunidade, pegando-os desprevenidos. “Estava em casa com meus irmãos, e fomos avisados que tava dando enchente. Ai fomos na rua geral, e de repente vem o aviso que a Luana morreu.”

Para se ter noção das dimensões do desastre socioambiental na comunidade, os relatos do Sr. Sievert (2014) ilustram que no caminho até a casa da Luana a paisagem era assustadora. Alguns minutos após chegar ao local, ouviram um trator, “e como não passava bombeiro... nem nada, só passava trator. Botaram o corpo da Luana em cima do trator e levaram, foi uma das cenas mais tristes assim que eu já vi na minha vida... uma criança ainda”. O deslizamento e consequente notícia da morte da criança correram rápido à comunidade, conforme Sra. Bento (2013): “Nos estávamos em casa, ai então de repente vieram avisando: “Morreu a menina, morreu a menina!”[...] o barro tinha caído e cima, veio arvore, veio terra, veio tudo por cima da casa.”

Com as fortes chuvas, muitos deslizamentos de terra ocorreram e intensificaram os estragos no perímetro, principalmente devido às ocupações nas áreas de risco. Segundo Sr. Cunha (2014), residente na parte alta da comunidade, da varanda de sua casa: “Olhava aquele morro, lá aquilo (emite o barulho da água com a boca) dia e noite cara. Chegava de noite, ninguém dormia... a água era demais, era caindo casa, era arrancando árvore, eu nunca vi uma dessa”. Na parte baixa da comunidade, onde reside a Sra. Laura dos Santos (2014), local onde o ribeirão está totalmente canalizado e encoberto pelo asfalto, relata que na ocasião, o nível de água era tanto, que a enxurrada tomou a rua: “Caiu morro, caiu as casas. Mas isso foi tudo lá para trás né? A gente não viu, a gente tá aqui embaixo só vê o que tá passando pela água da enxurrada na estrada [...] geladeira, sofá, tudo na frente de casa”.

Nesse ponto observam-se alguns acontecimentos característicos dos desastres socioambientais na região. Os moradores segregados, de baixa renda, ocuparam os morros onde ocorrem os deslizamentos. Já na parte baixa, pelo alto nível hidrográfico

do ribeirão, que somado às chuvas e a tubulação inadequada, intensificam as enxurradas. Grande parte da Rua Araranguá também é atingida pela enchente, recorrente das cheias do Rio Itajaí-Açu, e do Ribeirão do Garcia, que sempre inundam a parte inicial da rua onde se encontra o terminal urbano de ônibus da “Fonte”.

Segundo consta no relatório de “Cotas-enchente de Blumenau”, elaborado pelo CEOPS/FURB e Defesa Civil de Blumenau (2012), quando a cota da enchente atinge os 11,45 metros, o Rio Itajaí-Açu já alaga as partes baixas da comunidade onde se encontram atualmente o terminal urbano, hospital e supermercados.

Ao que tudo indica, conforme levantamento feito com moradores houve outro óbito na comunidade. Um senhor cujo nome é desconhecido, morador da Rua Achilles Jacobsen, havia sido retirado pela Defesa Civil e levado a um abrigo. Conforme o Sr. Alexandre Libardini (2014), residente na mesma rua, “tinha uma casa de um senhor ali, até já tinham tirado ele dali, ele tava num abrigo que era ali na creche, mas aí ele voltou pra buscar o cachorro dele [...] daí, nesse momento, deslizou e os dois morreram”.

Noutro dia, após saber do acontecido, o Sr. Silva (2014) foi até o local para acompanhar o resgate do corpo da vítima soterrada pelos escombros do deslizamento.

Nesse dia eu fui lá ver e tiveram com um cachorro para procurar a pessoa, dá até um arrepio, veio vários cachorros, mas não dava certo. Aí eu falei com o cara da Defesa Civil “Mas esses aí será que acham?”. “Esse aqui não mais amanhã com outro cachorro acha!”. No outro dia trouxeram lampião e ele (cachorro) saiu... olhou... olhou, veio ali cheirou, saiu deu uma volta, veio ali cheirou, saiu deu outra volta fico, e o homem disse pode cavar que o homem tá aqui! E tava ali. (SILVA, 2014).

Ao serem questionados sobre as causas dos desastres socioambientais na comunidade, os moradores entrevistados demonstram disparidade nas respostas e, em grande parte desinformação.

Alguns moradores entrevistados atribuem os deslizamentos na comunidade, a explosão de uma tubulação de gás ocorrida no dia 22 de novembro no Bairro Belchior, em Gaspar. Conforme o Jornal de Santa Catarina (24 de nov. 2008) ocorreu um deslizamento de terra na BR 470 em Gaspar provocando o “rompimento da tubulação da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás) que deixou a rodovia interditada [...] No local do deslizamento abriu uma cratera de pelo menos 20 metros de profundidade por 100 metros e comprimento.”

Por estar “A noite todinha, para cima e para baixo, acolhendo o pessoal dentro da igreja”, Sra. Westphal (2014), afirma ter visto e ouvido “muito barulho, aquele gás, aquele fogo, que eu não sei, eles disseram que era pro lado da Rua Pastor Oswaldo Hesse, eu não sei onde é que passa isso ali. Eu sei que foi um clarão muito grande”. Supostamente, segundo os moradores, a explosão da tubulação teria afofado a terra, e consequentemente causado os deslizamentos. Conforme Sra. Westphal (2014), “Aquele tubulação de gás lá. Eu acho que isso prejudicou muito, porque nós vimos muito clarão. Era muito clarão a noite. Então eu digo assim, com aquilo mexeu muito com a terra”. Sr. Cunha (2014), compartilha da mesma impressão: “tinha arreventado um negócio de gás aí. Aquilo pra mim a terra, ela ficou fofa, aí começou os deslizamentos”.

Além desta probabilidade, outros moradores atribuem o desastre socioambiental a vontade divina. Sra. Santos. (2014), afirma não ter explicação para tal evento, “nem eu tenho explicação pra isso! A natureza só aquele lá de cima sabe, né?”, ou, como sugere Sra. Silva. (2014) “depende do Senhor Jesus!”.

Conforme Sr. Silva (2014), “eu não acho que foi a gente que provocou essa coisa”. A justificativa de que a sua casa fora construída na beira de um barranco leva o morador a crer que “Foi só Deus! Não pode, porque tu vê, aqui nós cavemo isso aqui tudo (barranco) e não aconteceu nada, em outros lugares não cavaram quase nada e olha o que aconteceu”.

Há também moradores entrevistados que apontam os motivos pela relação predatória ocorrida na região. Segundo Sr. Sievert (2014), os motivos estão ligados “a invasão, desmatamento, loteamento irregulares, terrenos irregulares, tudo em encostas, uma em cima da outra, é óbvio que ia acontecer né”. E complementa:

Ah, uma é que o próprio ser humano provoca essa mudança. Uns dizem que é a questão da poluição, outros dizem que não, que é natural, que é a terra que sofre esse processo. Eu vejo que o homem destrói cara, o homem tá destruindo mesmo. [...] É óbvio que a natureza, como eu te falei antes, ela vai se vingar, ela se vingou mesmo e detonou tudo.

De acordo com a Sra. Bento (2013), “tinha um pessoal que falava que construía as casas lá pra cima, nos lugares onde não era pra construir, então ali aconteciam essas coisas de deslizamentos”. Para o Sr. Libardini (2014), “que nem ali em 2008 foi uns... 30 dias de chuva né? Chovia um dia, passava meio dia sem chover, aí a terra não secou,

ali logicamente vai encharcando, encharcando uma hora ela desce. Aonde é muito alto ela nos barraco vai descer”.

Outro aspecto questionado foi se após o desastre socioambiental ocorrido em 2008, os moradores consideram a comunidade uma área de risco ambiental para se viver. O Sr. Libardini (2014), acredita que mesmo com os incidentes em 2008, está “tranquilo, tem lugar bem pior”. Por não estarem residindo em área de risco de deslizamento, o Sr. Silva. (2014) e sua esposa Sra. Silva (2014) acreditam residir numa área livre dos riscos ambientais. “Não, aqui não é área de risco, nunca veio ninguém aqui por causa disso não”, afirmam os moradores. Para Sra. Santos (2014), “Eu acho que não. Diz que eles não querem mais moradias, que consideram uma área de risco, que ninguém pode vender mais nada, que ninguém pode construir, mas eu vejo todo mundo construindo, então acho que tá tranquilo”.

Sr. Cunha (2014) conta que muitas casas caíram no desastre socioambiental, deixando-os “sem luz, mas logo... o poste caiu, mas daí nós puxamos o fio e amarramos num muro [...] mas sem água nós ficamos um tempo”. Conforme continua, “depois daquela de 2008, é como eu falo pra ti [...] A terra ficou toda mole, a terra ficou toda aberta, se der uma dessa de novo, tem casa ai que está ai em pé, que em 2008 não caiu, mas que nessa vez cai querido.” Sra. Bento (2013) ressalta “aqui é um lugar de risco né... Embora a gente tenha muita confiança que não vai acontecer de novo”. Em 2008 sua casa não foi atingida, mas afirma que as partes altas da comunidade ruíram. “Da última que deu enchente graças a Deus não aconteceu nada tão grave aqui na nossa casa né? Porque tem outros lugares que nem lá pra cima, foi muito feio as casas”.

Sra. Westphal (2014), diz que “considera uma área de risco, mas a população aqui é teimosa, eu sou teimosa junto. Fico aqui também!”. Sr. Sievert (2014) compactua, e mesmo tendo sua casa atingida, ao ser questionado gostaria de permanecer no local, exclama: “Claro que sim! É onde eu moro, eu não sairia.” Nota-se que mesmo sob constante risco, prevalece na comunidade, o espírito de pertencimento a um pedaço dessa história narrada pelos mesmos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desastres socioambientais marcam a história de Blumenau desde sua colonização, mas, a intensidade vem aumentando conforme o número cada vez maior de

habitantes expostos em áreas de riscos, clamando por medidas de prevenção. Este artigo buscou compreender como o processo histórico de ocupação e desenvolvimento da comunidade da Rua Araranguá pode ter agravado o fenômeno ambiental na região, e obteve as seguintes conclusões:

Ao estudarmos o histórico de ocupação de Blumenau, percebemos que o modelo de ocupação, adensamento populacional e desenvolvimento utilizado não são compatíveis com o meio ambiente da região. Primeiramente, a ocupação das margens do rio Itajaí-Açu oferece grandes perigos, que somados às fortes precipitações características do Vale do Itajaí, potencializam os desastres socioambientais, que ocorrem na região desde o início de sua colonização. Outro aspecto enfatizado está no processo de desenvolvimento, que impulsionado pela industrialização motivou em poucas décadas o aumento demográfico da população, de forma desorganizada intensificando o problema de habitação no município.

O processo de desenvolvimento do município também corroborou para o aumento das ocupações irregulares na comunidade. Atualmente percebe-se que continuamente, mesmo após o desastre socioambiental em 2008, existem grandes contingentes de moradores reformando ou construindo habitações nas áreas de risco. Esse fator intensifica e caracteriza o pré-impacto na região, ou seja, tais indícios demonstram que a fragilidade da comunidade só aumenta, e o despreparo com os desastres socioambientais são visíveis nas entrevistas.

Além da história da comunidade, os estudos também ilustraram as memórias ambientais da paisagem desde o início de sua ocupação. Tais relatos corroboram para a compreensão das mudanças ocorridas no meio ambiente e, como os seres humanos através do tempo foram fragilizando e contribuindo para o agravamento no período de pré-impacto, aumentando a intensidade dos desastres socioambientais na região.

As principais formas dessas relações predatórias estão ligadas ao processo de ocupação irregular nas áreas de risco e falta de políticas públicas eficientes na comunidade. Observa-se na memória dos moradores que o encanamento do ribeirão Araranguá, por exemplo, prejudicou drasticamente o escoamento de água, consequentemente aumentando os estragos causados pelas chuvas, tendo em vista que a tubulação implantada pela prefeitura não comporta o volume aquoso. Nota-se também que mesmo após o desastre socioambiental ocorrido em 2008, a construção e reforma de

moradias em áreas de risco estão a todo vapor na comunidade, sem aparentemente a menor fiscalização dos órgãos responsáveis.

Claramente os estudos relacionam a intensidade do evento com o reflexo do desenvolvimento da região, que somado às fortes precipitações ocorridas no ano de 2008, levaram aos índices alarmantes. Esses resultados, certamente, estão um pouco distante da apreciação dos moradores, já que muitos demonstram desconhecimento quanto às causas do desastre socioambiental. As entrevistas realizadas pelo estudo evidenciam que mais da metade dos moradores não identificam as predisposições da comunidade, mas reconhecem-na como uma área de risco para viver, dada as proporções do drama vivenciado. Nota-se também disparidades nas questões atribuídas as causas do desastre na comunidade. Nesse ponto, ressalva-se o quanto os moradores são carentes de informações sobre prevenção no perímetro, mesmo a área sendo uma das mais atingidas em Blumenau.

Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir para a disseminação das informações pertinentes às questões dos desastres socioambientais no município, e fornecer subsídios para futuros trabalhos nessa temática.

REFERÊNCIAS

BENTO, Laura Maria Tereza. Entrevista concedida ao GPHAVI-FURB, Bairro Garcia (Comunidade da Rua Araranguá). Duração: 29m 15s – Blumenau, 2013.

CEOPS; DEFESA CIVIL DE BLUMENAU. **Cota-enchente de Blumenau**. Universidade Regional de Blumenau, 2012.

CUNHA, José Tomé da. Entrevista concedida ao GPHAVI-FURB, Bairro Garcia (Comunidade da Rua Araranguá). Duração: 32m 56s – Blumenau, 2014.

FAUSTINO, Evemara. **Rua Araranguá: Memória e origem**. In: Blumenau em Cadernos. Tomo XLIII n° 11/12, 2002.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Os morros estão sendo diagnosticados**. Blumenau, SC: 18 e 19 de maio, 1997.

_____. **Terra de oportunidades (e favelas)**. Blumenau, SC: 24 e 25 de fevereiro, 2007.

_____. **Blumenau está em calamidade pública**. Blumenau, SC: 23 de novembro, 2008.

_____. **Labaredas no céu.** Blumenau, SC: 24 de novembro, 2008.

_____. **Por que as enchentes surpreenderam os especialistas?** Blumenau, SC: 24 de nov. 2008.

LIBARDINI, Alexandre. Entrevista concedida ao GPHAVI-FURB, Bairro Garcia (Comunidade da Rua Araranguá). Duração: 10m 30s – Blumenau, 2014.

REVISTA VEJA. **Horror diante dos olhos.** São Paulo, SP: Ano 41 n° 48. Editora Abril, 03 de dezembro de 2008.

SANTOS, Laura dos. Entrevista concedida ao GPHAVI-FURB, Bairro Garcia (Comunidade da Rua Araranguá). Duração: 7m 52s – Blumenau, 2014.

SIEVERT, Alcides. Entrevista concedida ao GPHAVI-FURB, Bairro Garcia (Comunidade da Rua Araranguá). Duração: 26m 12s – Blumenau, 2014.

SILVA, Evany. Entrevista concedida ao GPHAVI-FURB, Bairro Garcia (Comunidade da Rua Araranguá). Duração: 28m 26s – Blumenau, 2014.

SILVA, Jesuíno Estem da. Entrevista concedida ao GPHAVI-FURB, Bairro Garcia (Comunidade da Rua Araranguá). Duração: 28m 26s – Blumenau, 2014.

VIEIRA, Rafaela. **Um olhar sobre a paisagem e o lugar como expressão do comportamento frente ao risco de deslizamento.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2004.

VIEIRA, Rafaela; FURTADO, Sandra M. A.; **Caracterização dos aspectos físico-naturais intrínsecos da encosta e caracterização das áreas suscetíveis a deslizamentos na sub-bacia do Ribeirão Araranguá – Blumenau/SC.** In: Simpósio brasileiro de desastres naturais. GEDN/UFSC Florianópolis, 2004.

WESTPHAL, Maria das Graças Soares. Entrevista concedida ao GPHAVI-FURB, Bairro Garcia (Comunidade da Rua Araranguá). Duração: 11m 24s – Blumenau, 2014.